



SEMINÁRIO
TRANSGARÇONNE

Ano I – Nº 1

26 de junho à 4 de julho de 2023
transgarconne.gastronomia.ufrj.br

Anais

Seminário TransGarçonne.

Seminário TransGarçonne

EDITORES

Myriam Melchior

Renato Monteiro

Rio de Janeiro

2023

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Programa de extensão Transgarçonne – Bacharelado em Gastronomia – Instituto de Nutrição Josué de Castro – CCS – Hall do auditório Paulo Rocco Quinhentão – Bloco k – Av. Carlos Chagas Filho, 373 – Cidade Universitária – 21941-902 – RJ

Projeto Gráfico: Myriam Melchior

Copydesk: Myriam Melchior.

Diagramação: Myriam Melchior.

Programa de Extensão TransGarçonne – Bacharelado em Gastronomia – Instituto de Nutrição Josué de Castro – CCS – Hall do auditório Paulo Rodolpho Rocco Quinhentão – Bloco K – Av. Carlos Chagas Filho, 373 – Cidade Universitária – 21941-902 – RJ

Programa de Extensão TransGarçonne
Curso de Bacharelado em Gastronomia
Instituto de Nutrição Josué de Castro
Universidade Federal do Rio de Janeiro

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Seminário Transgarçonne (1. : 2023 : Rio de Janeiro, RJ)
Anais I seminário transgarçonne [livro eletrônico] / [editores Myriam Melchior, Renato Monteiro]. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro : Ed. dos Autores, 2023.

PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-00-80779-0

1. Artes 2. Direitos humanos 3. Gastronomia
4. Hospitalidade 5. Mercado de trabalho - Aspectos sociais 6. Pessoas transgênero - Brasil 7. Pessoas transgênero - Identidade 8. Saúde - Promoção
I. Melchior, Myriam. II. Monteiro, Renato.
III. Título.

23-172714

CDD-306.768092

Índices para catálogo sistemático:

1. Pessoas transgênero : Mercado de trabalho :
Sociologia 306.768092

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Comitê Científico

Ana Luiza Faller

Fábio Araújo

Myriam Melchior

Renato Monteiro

Sinval do Espírito Santo

Comissão de Organização

Myriam Melchior

Renato Monteiro

Índice

APRESENTAÇÃO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
<i>Renato Monteiro</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
<i>Myriam Melchior</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
1 – EMPREGABILIDADE, GASTRONOMIA E GÊNERO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
A COQUETELARIA COMO POTENCIAL MERCADO DE TRABALHO PARA POPULAÇÃO TRANS: O CASO TRANSGARÇONNE	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
<i>Mateus Felipe Pimentel Enéas</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
<i>Renato Monteiro</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
<i>Sonia Cristina Soares Dias Vermelho</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL PARA A POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ NO BRASIL: UMA REVISÃO DE ESTUDOS SOBRE O TEMA	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
<i>Becca Carnavalle</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
NOTAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DO GÊNERO FEMININO E AS ASSOCIAÇÕES COM A ALIMENTAÇÃO E OS ESPAÇOS PÚBLICOS E DOMÉSTICOS: UMA BREVE ANÁLISE HISTÓRICA	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
<i>Myriam Melchior</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
<i>Marcella Sulis</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
2 – TRABALHO E DIREITOS HUMANOS	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
ISONOMIA NA REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA DE PESSOAS TRANSGÊNERO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 2023: UMA ANÁLISE JURÍDICO-QUANTITATIVA	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
<i>Luiz Felipe Santos</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
<i>Hugo Luís Pena Ferreira</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
CONHECENDO ESTUDANTES TRANS DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL: ANÁLISE PRELIMINAR DE PERFIL	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
<i>Samantha Rodrigues</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
<i>Camila Nogueira Chaves Mesquita</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
SAÚDE MENTAL, TRABALHO E POLÍTICAS SOCIAIS: UMA CONVERSA DIFÍCIL EM TEMPOS NEOLIBERAIS	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

Eduarda Soares..... **Erro! Indicador não definido.**
Diego Barbosa Silva **Erro! Indicador não definido.**
Mylena da Silva Souza **Erro! Indicador não definido.**

A EXPERIÊNCIA DO CURSO DE EXTENSÃO "GASTROJUS - GASTRONOMIA E JUSTIÇA SOCIAL": UMA ANÁLISE DO PÚBLICO ALVO..... **ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.**

Gabrielle Padilha Bochi..... **Erro! Indicador não definido.**
Jefferson Nunes Gomes Filho **Erro! Indicador não definido.**
Mara Lima De Cnop **Erro! Indicador não definido.**
Tatiana Feijó..... **Erro! Indicador não definido.**
Daniela Alves Minuzzo..... **Erro! Indicador não definido.**
Luisa Bertrami **Erro! Indicador não definido.**

TRANSEXUALIDADE E TRABALHO: CULTURA ORGANIZACIONAL ENQUANTO ELEMENTO IMPORTANTE PARA A PROMOÇÃO DE EQUIDADE..... **ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.**

Irapoan Nogueira Filho..... **Erro! Indicador não definido.**
Nelson Luis Silva Nogueira **Erro! Indicador não definido.**

3 – HOSPITALIDADE, ARTES E TRANSIDENTIDADES..... **ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.**

BIOGRAFIAS DE ATRIZES BRASILEIRAS: ESTUDO COMPARATIVO DOS CASOS DE FERNANDA MONTENEGRO E DE ROGÉRIA **ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.**

Juliana Fernandes Besse Santos **Erro! Indicador não definido.**

SOBRE OS PAPÉIS DE GÊNERO NA HOSPITALIDADE..... **ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.**

Lanai Plocki..... **Erro! Indicador não definido.**
Myriam Melchior..... **Erro! Indicador não definido.**

REFLEXÕES SOBRE A HOSPITALIDADE COMO INFLUENCIADORA E POTENCIALIZADORA DO SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO PARA IDENTIDADES TRANS..... **ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.**

Beatriz da Silva Barbosa **Erro! Indicador não definido.**
Melinda Cariello Guedes Picarote Silva..... **Erro! Indicador não definido.**
Guilherme Dias Tostes Coelho **Erro! Indicador não definido.**

Apresentação

Renato Monteiro

Coordenador do Programa e *I Seminário TransGarçonne*

Myriam Melchior

Coordenadora da Comissão Científica do *I Seminário TransGarçonne*

Prezados(as/es) leitor(as/es), é com grande satisfação que lançamos os Anais resultantes dos trabalhos apresentados no *I Seminário TransGarçonne*, ocorrido entre os dias 26 de junho e 4 de julho de setembro de 2023.

Ainda que a nossa primeira edição dos Anais do *I Seminário TransGarçonne* seja modesta quanto ao número de trabalhos apresentados, estamos, de fato, muito satisfeitos com o resultado deste projeto voltado para criar um novo espaço de discussão e trocas acadêmicas para o TransGarçonne.

Vale explicar que o evento *I Seminário TransGarçonne* é uma ação de extensão que faz parte do Programa TransGarçonne, vinculado ao curso de Gastronomia da UFRJ. O seminário busca divulgar as ações do Projeto, atuando como um canal de comunicação, produção e compartilhamento de saberes e fazeres sobre transgeneridade na universidade para e com a sociedade. Neste seminário tivemos uma série de atividades ao longo da semana que se iniciou no dia 26 de junho, estando os nossos Anais associados somente às apresentações que ocorreram no dia 3 de julho.

Sobre os temas abordados, partimos de uma linha transversal que teve como eixo a hospitalidade, a empregabilidade, o trabalho, os direitos humanos e a saúde de pessoas trans. Participaram deste evento pessoas trans e cis na organização das atividades. Também, agentes públicos e privados, organizações sociais, pesquisadores, agentes do setor produtivo e criativo.

O evento ocorreu no formato híbrido, sendo as atividades de abertura e mesas redondas presenciais e transmitidas de forma remota (formato híbrido); e as apresentações de trabalho somente de forma remota (online).

A fim de organizar **a apresentação dos trabalhos submetidos ao *I Seminário TransGarçonne*** seguiremos a ordem de apresentações conforme as apresentações que

ocorreram no dia 3 de julho de 2023. Com a publicação deste primeiro volume dos nossos Anais esperamos contribuir com o aprofundamento de pesquisas relacionadas ao campo gastronomia brasileira e das pessoas transgêneros.

Boa leitura!



1 – Empregabilidade, Gastronomia e Gênero

A COQUETELARIA COMO POTENCIAL MERCADO DE TRABALHO PARA POPULAÇÃO TRANS: O CASO TRANSGARÇONNE

Mateus Felipe Pimentel Enéas¹

Renato Monteiro²

Sonia Cristina Soares Dias Vermelho³

Cerca de 90% da população de travestis e mulheres transexuais utilizam a prostituição como fonte primária de renda, 6% estão em atividades informais e apenas 4% se encontram em empregos formais (BENEVIDES e NOGUEIRA, 2022). A população Trans, termo guarda-chuva que engloba diferentes identidades de gênero (Transexual, Travesti, Não-binaries, Intersexo), encontra grande dificuldade para acesso ao mercado de trabalho e permanência, uma vez que são negados direitos fundamentais, como acesso à educação e, conseqüentemente, ao mercado de trabalho (PANISA e MORESCO, 2022). O mercado de trabalho formal não costuma ser receptivo aos corpos Trans, que constantemente são excluídos da sociedade binária e sofrem pressão para se adequar aos gêneros já pressupostos ao nascimento. Sobre esse ponto, o TransGarçonne, que é um programa de extensão do Curso de Bacharelado em Gastronomia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tem como objetivo qualificar e ampliar o potencial de empregabilidade de pessoas trans, travestis e não-binárias para o mercado gastronômico e de atendimento a restaurantes, bares e hotéis. Busca, assim, contribuir para o fortalecimento das trajetórias de vida e de trabalho da população trans (MONTEIRO, 2020).

Neste estudo de cunho qualitativo realizamos uma pesquisa exploratória a partir do curso de qualificação do programa TransGarçonne e seus desdobramentos. Como instrumentos de pesquisa foram realizadas anotações em cadernos de campo, registros fotográficos e gravações em áudio de uma roda de conversa, que ocorreu ao final do curso. Os participantes autorizaram a pesquisa mediante termo de livre consentimento. A questão sobre a qual nos debruçamos diz respeito a coquetelaria se apresentar como um dos ramos da

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro

² Universidade Federal do Rio de Janeiro

³ Universidade Federal do Rio de Janeiro

Hospitalidade/Gastronomia que pode ser atrativa ao público do curso. Nosso objetivo foi identificar aspectos do curso que pudessem demonstrar ou contribuir para o interesse dos alunos em coqueteleira. Para isso, apresentamos o exemplo de alguns alunos que se destacaram no setor e discutimos o resultado da enquete que realizamos com os ex-alunos do curso sobre o interesse no assunto. É importante pontuar que a coquetelaria faz parte da gastronomia e envolve arte e técnicas de preparo de coquetéis, despertando grande curiosidade por novos sabores e experiências sensoriais. Se refere também a um mercado em grande expansão e oportunidade, devido à popularização dos drinks e coquetéis, bem como à visibilidade da profissão de bartender e mixologista. Apesar do universo da coquetelaria ser considerado um ambiente que se desenvolve dentro de uma lógica cisgênera e heteronormativa, esse cenário vem mudando.

Atualmente, observa-se tanto mulheres, quanto pessoas LGBTQIAPN+ conquistando cada vez mais espaços e se profissionalizando nesse setor. No que diz respeito às pessoas Trans, muitas ainda enfrentam a necessidade de comprovar sua competência para serem respeitadas e valorizadas profissionalmente. Rochelly Rangel, uma mulher trans e preta, que concluiu o curso na primeira turma de qualificação em 2019, trabalhou no Bar Boléia, no Humaitá, Rio de Janeiro, sendo este um estabelecimento em que a equipe é composta exclusivamente por mulheres e o seu público alvo composto por mulheres lésbicas. No Boléia, Rochelly obteve a chance do primeiro emprego com carteira assinada. Posteriormente, Rochelly foi a vencedora com grande destaque na terceira edição de um *reality show* de coquetelaria: o Bar Aberto (UOL, 2022). A trajetória de Rochelly foi registrada em algumas reportagens veiculadas pela televisão como a do programa *Bom Dia Rio* do Jornal O Globo, que narrou a história de Rochelly, uma mulher preta trans que havia finalmente conseguido um emprego formal. Essa reportagem inspirou outras mulheres trans a procurar o TransGarçonne, como foi o caso de Afrodite Aurora, que na reportagem do O Globo (2022) conta que tinha perdido a capacidade de sonhar até assistir à reportagem de Rochelly, que a fez procurar o programa.

Atualmente, ambas trabalham na Casa Camolese, um renomado restaurante na cidade do Rio de Janeiro. Esses casos, certamente contribuem para inspirar outras trajetórias trans. Em relatos nas rodas de conversas do curso de qualificação da turma de 2022, grande parte dos ex-alunos demonstraram interesse em conhecer, aprofundar e trabalhar no ramo da coquetelaria. Posteriormente, também constatamos, por meio de uma pesquisa via *Google Forms*, que, dos 15 ex-alunos que responderam o questionário de opinião sobre o curso, 12 informaram que

consideraram o conteúdo de coquetelaria o mais interessante, sendo que o curso oferece 10 disciplinas. Dos 18 alunos que terminaram o curso, um foi empregado diretamente como bartender no restaurante de um hotel localizado na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, outro sentiu necessidade de continuar os estudos, começando um curso de coquetelaria, tendo dois ex-alunos atuado como *freelancer* na coquetelaria. Segundo Elizabeth Telfer (2004), a hospitalidade é a oferta de alimentos e, ocasionalmente, acomodação para pessoas que não são membros regulares da casa. De fato, não é fácil trabalhar na área de hospitalidade, pois quando muitas pessoas estão de férias, nas festas de final de ano ou feriados, as pessoas que trabalham nos setores de Alimentos e Bebidas (A&B) e Hospitalidade estão trabalhando para receber esses primeiros que estão desfrutando desses momentos.

No que diz respeito aos indivíduos que concluíram a qualificação em 2022, a combinação dos elementos de capacitação e oportunidades de emprego resultou nos seguintes desfechos: dentre os 25 alunos inscritos, 18 finalizaram o curso, sendo que oito deles foram contratados (44%). Contudo, nem todos conseguiram manter seus empregos. Nesse sentido, é necessário aprofundar as investigações para compreender os motivos e dificuldades que levam à não permanência no trabalho pelos mais diversos motivos. Para compreender essa situação, é importante levar em consideração que muitos dos alunos selecionados enfrentavam dificuldades socioeconômicas, o que torna ainda mais desafiador para eles organizar suas vidas como um todo e encontrar e manter empregos.

A taxa de evasão do curso foi de 28%, o que é uma média esperada em projetos que lidam com pessoas em situação de vulnerabilidade. Após o curso, mantemos um canal direto de comunicação com os ex-alunos por meio de um grupo no WhatsApp, buscando acompanhá-los e divulgar oportunidades de trabalho. No entanto, devido a diversos fatores, nem todos conseguiram concluir o curso e enfrentaram várias dificuldades ao ingressar e se manter no mercado de trabalho.

O Programa TransGarçonne tem possibilitado a ampliação do espaço de trabalho no ramo da coquetelaria para pessoas trans, tornando-se um pilar importante para a empregabilidade desses corpos que sempre foram alijados da sociedade. Tendo em vista a afinidade que observamos entre o interesse de pessoas trans fazerem o curso e atuarem profissionalmente na coquetelaria, consideramos importante ampliar em nossas aulas de qualificação os conteúdos relacionados à coquetelaria. Além disso, buscamos parcerias com estabelecimentos gastronômicos e hoteleiros que estejam abertos a acolher e valorizar a

diversidade de gênero, proporcionando oportunidades de emprego para as pessoas trans qualificadas pelo programa..

Palavras-Chave: Coquetelaria, Trans, TransGarçonne, Empregabilidade

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Bruna G (Org.). Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2021. Brasília Distrito Drag, ANTRA, 2022. Disponível em: [abrir link](#). Acesso em: 20 de maio 2023

MONTEIRO, Renato Augusto da Silva et al. Transgarçonne: capacitação de pessoas trans para o mercado de trabalho em Gastronomia: O surgimento do TransGarçonne e o lugar de fala. In: CRUZ, Breno de Paula Andrade, Gastronomia Pesquisa e extensão. Curitiba: Editora CRV, 2020. p. 153-171. Rochelly, trans vencedora de reality: “Família que me xingou hoje aplaude”. Disponível em: <[abrir link](#)>. Acesso em: 22 maio. 2023.

O GLOBO. Projeto da UFRJ promove capacitação e empregos para pessoas trans em restaurantes, 15 mai 2023. Disponível em: <[abrir link](#)>. Acesso em: 22 maio. 2023.

PANIZA, Mauricio; MORESCO, Marcielly. À margem da gestão da diversidade? Travestis, transexuais e o mundo do trabalho. Revista de Administração de Empresas/FGV EAESP. São Paulo, V. 62, n. 3, 2022.

TELFER, Elizabeth. A filosofia da hospitalidade. In: LASHLEY, Conrad e MORRISON, Alison (orgs.). Em busca da hospitalidade: perspectivas de um mundo globalizado. São Paulo: Manole, 2004, p. 53-77.

UOL. VENAGLIA, Livia. De Splash, São Paulo. Rochelly, trans vencedora de reality. 3 de nov. 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/splash/noticias/2022/11/03/rochelly-rangel-bar-aberto-primeira-trans-reality.htm> . Acesso em: 12. Set, 2023.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL PARA A POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ NO BRASIL: UMA REVISÃO DE ESTUDOS SOBRE O TEMA.

Becca Carnavalle⁴

Este artigo apresenta uma revisão exploratória da literatura sobre publicações científicas a fim de identificar como as políticas públicas de proteção social voltadas à comunidade LGBTQIAPN+ no Brasil estavam sendo discutidas na comunidade científica e quais contribuições essas discussões trouxeram à administração pública governamental na criação e implementação de políticas públicas para esse segmento populacional mediante uma revisão exploratória de publicações científicas (2019 a 2022). Observando o que tem sido produzido no campo acadêmico científico no que envolve políticas de proteção social para a população LGBTQIAPN+ a partir da criminalização da homofobia (ADO 26) no ano de 2019. O período analisado é o pós-julgamento, onde discorremos sobre o que foi o julgamento da ADO 26 levando em consideração o que estava posto como pretensão e os avanços acerca da efetivação de direitos de cidadania da população LGBTQIAPN+.

1.A TEMÁTICA NAS PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS

Por mais que vemos avanços conquistados no que se refere às políticas públicas voltadas à comunidade LGBTQIAPN+, sua efetividade e desenho têm sido alvo de questionamentos na literatura. Alguns autores sugerem que elas envolvem o risco de levar a naturalização de uma identidade gay, fundamentada na irredutibilidade da anatomia e no determinismo biológico (Sampaio & Germano, 2014). Desta forma, o acesso a políticas públicas baseada em uma identidade construída e imutável pode não alcançar todos os sujeitos que não estão de acordo com o modelo cis-hétronormativo, desassistindo-os e tornando-os abjetos (SOUSA JUNIOR; MENDES, 2021). Conforme Sousa Júnior e Mendes (2021) destacam que, dessa problemática, vemos o surgimento dos estudos QUEER, que trazem elementos que colocam em discussão as

⁴ Mestranda do Programa de Pós- Graduação em Política Social- Universidade Federal Fluminense.

noções hegemônicas e estáveis de identidade. Sampaio e Germano (2014), apontam que a crítica QUEER demonstra como os movimentos baseados na noção de identidade não conseguem abarcar a multidão QUEER, desta forma, não atinge a pluralidade dos corpos e as formas de existência que fogem ao padrão cis-hétero-normativo. Os estudos QUEER compreendem a sexualidade como social e culturalmente constituída, historicamente variável (SOUSA JUNIOR; MENDES, 2021). Conforme Mello et al. (2012) destaca, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, o movimento LGBT centrou seus esforços para reivindicar perante o Poder Legislativo medidas para efetivação de seus direitos sexuais e reprodutivos, mas observou que houve uma grande resistência para que essas medidas fossem concretizadas, especialmente em função da atuação de parlamentares vinculados a grupos religiosos. A interlocução entre o Estado e a sociedade civil pode ser percebida como “nebulosa”. Como destaca Sousa Júnior e Mendes (2021), uma vez que são exatamente os grupos menos permeáveis à agenda LGBTQIAPN+ que passam a ser os formuladores e implementadores das políticas públicas, a ascensão de grupos conservadores e neoconservadores “turva” as possibilidades de interlocução entre o Estado e segmento LGBTQIAPN+. No Projeto de Lei nº 122 de 2006, onde era previsto a criminalização da homofobia, existe uma discussão de que houve uma grande resistência ao projeto, expressa principalmente pelas autoridades religiosas ligadas a grupos evangélicos, que por sua vez impediam que o projeto avançasse na câmara (SOUSA JUNIOR; MENDES, 2021). A criminalização da homofobia foi aprovada apenas 13 anos depois, em 2019, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em decorrência da omissão dos outros aparelhos do Estado em legislar nesse sentido (SOUSA JUNIOR; MENDES, 2021, p. 413). Os recentes avanços do fundamentalismo religioso em espaços democráticos deslegitimam as pautas da população LGBTQIAPN+, colocando em risco o princípio da laicidade do Estado. O avanço dos segmentos conservadores, além de possivelmente cercear conquistas da assistência LGBTQIAPN+, também pode promover retrocessos (SOUSA JUNIOR; MENDES, 2021).

2. A RELAÇÃO ENTRE LGBTQIAPN+ E O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Abraão e Rodrigues (2019) destacam que a relação entre LGBTQIAPN+ e o Supremo Tribunal Federal teve seu grande momento em 13 de fevereiro de 2019, onde o STF deu início ao julgamento sobre se a questão da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero

deveria ou não ser considerado crime. Esse debate chegou ao STF através de duas ações: O Mandado de Injunção 4733, de 2012, (chamado de mandado de injunção, instrumento processual utilizado para se pedir a regulamentação de uma norma da Constituição, quando os Poderes competentes não o fazem) movido pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros e Intersexos (ABGLT), cuja relatoria foi do Ministro Edson Fachin. E a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO 26) movida pelo PPS (Partido Popular Socialista), em 2013, que foi relatada pelo Ministro Celso de Mello (ABRAAO; RODRIGUES, 2019). Ambas as ações pedem pela equiparação das discriminações de sexo e gênero ao crime de racismo, passível de pena de reclusão de 1 a 5 anos. É baseado no artigo 5º da Constituição Federal, que em seu inciso XLI afirma que “a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais” (BRASIL, 1988) e no XLII que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei” (BRASIL, 1988) (ABRAAO; RODRIGUES, 2019). O projeto de criminalização foi votado pelo órgão, que, por 8 votos a 3, determinou que a homofobia e a transfobia seriam punidas pela Lei de Racismo (7716/89), que até então somente previa os crimes de discriminação por raça, cor, etnia e procedência nacional (BRASIL, 2019). É necessário que haja uma reflexão sobre os meios pelos quais esses avanços vêm sendo garantidos, existe a perseverança do Movimento em busca de direitos e garantias civis fundamentais, mas também, por outro lado, uma resistência conservadora, que visa à manutenção da “ordem” vigente (SILVA; ALVES e ISAYAMA, 2021). As conquistas adquiridas pelo Movimento ao longo dos anos encontram-se em constante ameaça diante da “ausência de políticas públicas efetivamente capazes de fazer frente às disparidades decorrentes da extrema desigualdade brasileira” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 157).

A partir da análise dos artigos apresentados neste trabalho, foi possível identificar que a discussão acerca das políticas públicas LGBT ganhou força nos últimos anos, mais especificamente a partir do ano de 2012. Já os principais pontos apresentados como entraves nas políticas públicas LGBT até então são a falta de arcabouço jurídico, especificamente a falta de leis que resguardem os direitos dessa população, falhas na interlocução entre Estado e sociedade civil, falta de previsão orçamentária para os planos e programas, e falta de representação política no meio LGBT. O embasamento dessas políticas a partir da percepção de estabilidade sobre as identidades também pode gerar novas segregações. A adoção de políticas de multidões QUEER pode sinalizar uma forma de anunciar políticas de maior alcance,

ainda que os estudos baseados nessa perspectiva deixem espaço para questionamentos sobre como de fato tais políticas podem ser operacionalizadas. Um eixo de convergência observado entre os textos também aponta o avanço do conservadorismo (especificamente aquele protagonizado por segmentos religiosos), o qual se caracteriza como barreira frequente à conquista e efetivação de direitos LGBT, com a proliferação da desinformação e interpretação deturpada do real significado como mecanismo de desmanche.

Palavras-Chave: LGBTQIAN+. QUEER

REFERÊNCIAS

ABRAÃO, Fernanda; RODRIGUES, Lara. A criminalização da homofobia perante a luz do Supremo Tribunal Federal. ISSN 21761035, Jornal eletrônico. V. 11 n. 2 – jul/dez 2019.

ALVES, Elves de Lima. Análise do Julgamento da ADO 26 e do MI 4.733 (Criminalização da Homofobia): Função Judicante Contemporânea ou Ativismo Judicial? Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal de Sergipe, 2021.

BRASIL. [Constituição (1998)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. 54.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Duarte, M. J. de O. (2014).

DIVERSIDADE SEXUAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS: SAÚDE E CIDADANIA LGBT EM CENA. *Temporalis*, 14(27), 77–98. [abrir link](#)

MELLO, L.; BRITO, W.; MAROJA, D. (2012). Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: Notas sobre alcances e possibilidades. *Cadernos Pagu*, 39, 403-429.

SOUSA JÚNIOR, C. A. A. de; MENDES, D. C. (2021). Políticas públicas para a população LGBT: uma revisão de estudos sobre o tema. *Cadernos EBAPE.BR*, 19(Especial), 642–655. [abrir link](#)

SILVA, Luiza Cupertino Xavier da; ALVES, Cathia; ISAYAMA, Hélder Ferreira. As políticas públicas e as pautas LGBT+ no Brasil: o lugar do lazer. *Corpoconsciência*, v. 25, n. 3, p. 206-221, set./ dez., 2021.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2009.

NOTAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DO GÊNERO FEMININO E AS ASSOCIAÇÕES COM A ALIMENTAÇÃO E OS ESPAÇOS PÚBLICOS E DOMÉSTICOS: UMA BREVE ANÁLISE HISTÓRICA

Myriam Melchior⁵

Marcella Sulis⁶

Na historiografia ocidental é comum encontrar associações entre o gênero feminino, a alimentação e o espaço doméstico. Thaís Rocha da Silva (2012), estudiosa em egiptologia, critica a tendência das ciências humanas e sociais, sobretudo nos estudos ocidentais, de confinar as mulheres (e o feminino) nas atividades de cuidados com a casa e com os filhos. Essa leitura, segundo Silva (2012), cria dicotomias entre família e trabalho, público e privado, fixando os papéis de homens e mulheres de forma ahistórica.

Nesse mesmo contexto, Silva (2012) aponta que as análises europeias sobre o antigo Egito foram influenciadas pelos modelos dicotômicos europeus, que separavam a família e o trabalho. No antigo Egito, explica Silva (2012), havia grande interação dos trabalhos masculinos e femininos, de modo que essas separações relativas aos espaços e suas ocupações associadas aos gêneros não ocorriam como no modelo dicotômico europeu. Ademais, vale destacar que esses modelos parecem estar presentes com mais ênfase após a industrialização. Pois ao estudar os modelos de gênero na Europa pré-industrial, percebe-se que havia um equilíbrio na interação entre homens e mulheres. Michelle Perrot (2009), historiadora francesa, especialista na construção da vida privada, destaca que na Europa pré-industrial a casa e os negócios - os espaços domésticos e públicos - não eram lugares distintos e opostos. Mulheres e homens trabalhavam de forma participativa, compartilhando as tarefas domésticas e os negócios da família.

Com o avanço da industrialização, houve, entretanto, uma mudança significativa nesse arranjo social. Ainda de acordo com Perrot (2009), a burguesia masculina procurou criar uma nova ordem baseada na separação entre as esferas masculina e feminina. Logo, a separação entre o público e o privado é um produto da industrialização moderna, estabelecendo padrões

5 Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

6 Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

de sociabilidade diferentes para homens e mulheres. A urbanização moderna criou espaços públicos para o trabalho e espaços privados e domésticos voltados idealmente para a família e a mulher. Essa separação influenciou a construção das identidades de gênero e moldou a percepção de alguns espaços como sendo masculinos ou femininos.

Esse processo de separação também foi impulsionado pela medicina social e pelo discurso médico da época. De acordo com Matos (2003), durante o período pós-industrial, surgiu o higienismo, que enquanto doutrina de base médica, criou prescrições que deveriam orientar a vida em sociedade. Os médicos passaram a exercer controle sobre a vida das pessoas, normatizando os corpos, disciplinando a sociedade e ordenando a sexualidade. A partir desse discurso e do cientificismo, nascido, sobretudo no século XIX, a representação do corpo feminino mudou, passando a ser definida pela anatomia e fisiologia, em contraste com a concepção anterior que conferia continuidade entre os sexos: um sexo único. Ou seja, em tal concepção, época em que a mulher ainda não era definida como diferença do homem. Os estudos sobre as práticas e conhecimentos que compunham a percepção de que havia apenas um sexo estiveram baseados na medicina de Galeno de Pérgamo, médico e filósofo grego, que viveu no século II d.C. Conforme observado por Melchior (2016, pp. 108-109), no paradigma do sexo único:

[...] a mulher é concebida em continuidade com o masculino, apesar de um masculino frágil. Isso porque na teoria de Galeno, que perdura até o final do século XVIII, os gêneros masculino e feminino são sustentados pelo equilíbrio dos humores, não por sua anatomia física que passou a caracterizar a diferença sexual – o sexo duplo –, a partir do século XIX. (MELCHIOR, 2016, pp. 108-109).

Assim, como podemos notar, a casa e os cuidados domésticos foram construídos como práticas atribuídas às mulheres pelo patriarcado. As definições das atividades que cabem ou não às mulheres realizar são processos socialmente construídos de uma noção acerca do que seria a ‘natureza’ feminina, uma visão associada ao cientificismo positivista, que no seu auge preconizava o uso do método científico, tal como é aplicado às ciências naturais, em todas as áreas do saber. Definições sobre o que caberia ou não às mulheres enquanto tarefas – a maternidade, os cuidados com as crianças, os idosos, os doentes, a alimentação etc. – são o

resultado de constructos sociais. O mesmo pode-se dizer sobre uma breve história dos papéis de gêneros em outras atividades como a hospitalidade, as artes, o comércio e assim por diante.

Com tudo isso, caso estejamos observando a prática de venda de alimentos nas ruas, em cidades colonizadas, seremos tomados por uma dupla projeção negativa: a que reduz as atividades femininas ao lar e o desprezo pelos alimentos oferecidos nas ruas. Nesse âmbito, pesquisamos sobre os trabalhos exercidos nas ruas brasileiras, de suas principais cidades e ao longo do tempo, isto é, desde a época colonial, e encontramos a maior parte dessas atividades sendo exercidas por vendedoras empobrecidas nas ruas.

No entanto, em outras tradições, como na África Central Ocidental, notamos que o trabalho de venda de produtos alimentícios era realizado por mulheres e ocorria nos espaços públicos. As *quitandeiras*, por exemplo, ocuparam as ruas de Luanda e exerciam suas atividades de forma visível. Essas mulheres compartilhavam conhecimentos e estabeleciam redes de solidariedade em suas atividades. Segundo a historiadora Selma Pantoja (2001),

A figura das *quitandeiras* povoou, durante esses séculos [XVII a XIX], as ruas de Luanda. Os seus cestos (*quinda*) e mantos, o colorido das roupas e os estilos diversificados ornavam a quitanda. Dependendo da sua origem, as *quitandeiras* - se *axiluanda*, *asonlongo*, *ovimbundi* ou luandenses – usavam trajes vistosos e bem diferenciados. A manhã das *quitandeiras* começava depois de retirarem seus produtos da *quinda* e arrumá-los sobre a sua banca de forma harmoniosa (PANTOJA, 2001, p. 47).

Contudo, na medida em que o século XIX se aproxima, as vendedoras de Luanda passam a ser expulsas da cidade e a ocupar as periferias. As razões para essa mudança são, evidentemente, a demanda de um poder público que busca transformar o ambiente público segundo os padrões e modelos dos colonos brancos.

Em resumo, as associações entre o gênero feminino, a alimentação e o espaço doméstico são construções sociais que variam ao longo do tempo e de acordo com diferentes culturas. A separação entre os espaços público e privado, assim como as normatizações e disciplinas impostas pela medicina social, contribuíram para a construção das identidades de gênero e para a atribuição de determinadas tarefas às mulheres. No entanto, é importante lembrar que no Brasil, não somente as práticas de vendas de alimentos nas ruas foram exercidas por mulheres

negras, mas também indígenas e portuguesas. A prática feminina da venda de alimentos, estudada pela historiadora Rafaela Basso (2022), tinha algumas de suas influências na política de proibição que as mulheres exercessem ofícios mecânicos como o de sapateiros, latoeiros, marceneiros etc. Esses trabalhos manuais exercidos por homens eram, no entanto, tão discriminados quanto a venda de gêneros alimentícios, já que eram trabalhos manuais e devido à prática vil da escravidão, os serviços em geral eram considerados pela elite da época como práticas desprezíveis.

Isso nos traz a questão acerca das diversas camadas nas quais os serviços, a hospitalidade, a alimentação, no âmbito da empregabilidade, ainda carrega preconceitos construídos ao longo dos séculos e o quanto essas práticas exercidas por mulheres se adensam num longo histórico de preconceitos que é preciso discutir, refletir e rememorar para que possamos atribuir valor aos esforços de todos que passaram e ainda passam invisíveis na história e na história da alimentação, dos serviços e da hospitalidade no Brasil.

Palavras-Chave: Gênero feminino; alimentação; espaço doméstico e público; construção social.

REFERÊNCIAS

BASSO, Rafaela. **Entre tabuleiros, balcões e fogões:** um estudo sobre a alimentação de rua na cidade de São Paulo (1765-1834). São Paulo: Alameda, 2022.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico (São Paulo 1890-1930). In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel. **O corpo feminino em debate.** São Paulo: UNESP, 2003, p. 106-127.

MELCHIOR, Myriam. **Grand Tour:** memória social, hospitalidade, alteridade e a construção do olhar moderno. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

PANTOJA, Selma. A dimensão atlântica das quitandeiras. In: FURTADO, Junia Ferreira (Org.). **Diálogos oceânicos:** Minas Gerais, e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p. 45-67.

PERROT, Michelle. (Org.). **História da vida privada**. Vol. 4. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SILVA, Thais Rocha da. A senhora da casa ou a dona da casa? Construções sobre gênero e alimentação no Egito Antigo. **Cadernos Pagu**, n. 39, p.55-86, jul/dez 2012.

2 – Trabalho e Direitos Humanos

ISONOMIA NA REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA DE PESSOAS TRANSGÊNERO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 2023: UMA ANÁLISE JURÍDICO-QUANTITATIVA

Luiz Felipe Santos⁷

Hugo Luís Pena Ferreira⁸

As eleições de 2022 resultaram em uma transformação sem precedentes da legislatura federal em ao menos um aspecto. A eleição de Erika Hilton (PSOL-SP) e de Duda Salabert (PDT-MG), cada qual com mais de 200 mil votos, significa o início da história de representatividade política de pessoas transgêneras no legislativo federal brasileiro. Vale ainda mencionar a eleição de Linda Brasil (PSOL-SE), Dani Balbi (PCdoB) e Carolina Iara (PSOL-SP) – esta última como parte de um mandato coletivo – para mandatos em Assembleias Legislativas. A presença de representantes transgêneros em posições de governo pode impulsionar a atenção às necessidades das pessoas transgênero e influenciar positivamente políticas públicas voltadas a um setor social vulnerável (SELTZER, 2018; PEREIRA, GOMES, 2017). É preocupante, em especial, que os índices de violência contra pessoas trans sejam particularmente elevados no Brasil (BENEVIDES, 2022). Entre outubro de 2020 e setembro de 2021, o Brasil foi o país em que mais pessoas trans foram assassinadas, num levantamento que abrangeu 74 países (TRANSGENDER EUROPE, 2021). A proteção das pessoas trans passa pela representação política correlata à habilitação para a conquista e afirmação prática de direitos (ROJAS JR., 2021). Este aspecto aponta para a importância de um patamar adequado de representatividade política das pessoas trans. Assim, apesar de o início da representação política transgênero no legislativo federal brasileiro representar uma conquista, é preciso questionar: a atual representatividade política de pessoas trans atende, em termos quantitativos, a critérios de isonomia? É preciso, porém, fazer uma delimitação a essa pergunta de pesquisa. O estudo focaliza a Câmara dos Deputados e exclui o Senado Federal. O motivo é que, para

7 Não informado

8 Não Informado

mandatos na Câmara, as eleições são proporcionais, e é apontado que a representação é referida ao povo. Já no Senado, a eleição é majoritária, e a representação é referida aos Estados federados. Cabe ainda reforçar que, apesar da menção inicial à relevância da eleição de representantes estaduais transgêneros para Assembleias diversas (porque é relevante para o contexto proposto), o escopo do presente trabalho é exclusivamente a Câmara dos Deputados, para viabilizar a análise no limite de caracteres definido. A pesquisa objetiva, portanto, expressar quantitativamente o grau de representatividade política de pessoas transgênero na Câmara dos Deputados, considerando a legislatura iniciada em 2023. A hipótese da pesquisa reflete o apontamento de deficiências na representação política no meio LGBTQIA+ com base em estudos anteriores (SOUSA JÚNIOR; MENDES, 2021). Aventa-se que, apesar do avanço representado pelo início da representatividade política de pessoas trans no legislativo federal brasileiro na legislatura iniciada em 2023, referida representatividade seria ainda insuficiente, diante de sua desproporcionalidade com o percentual de pessoas trans na população brasileira. A justificativa para a pesquisa reside na importância da igualdade na representação política, sobretudo diante da vinculação existente entre representação política e proteção de pessoas trans (ROJAS JR, 2021), num contexto de alta incidência de crimes violentos a vitimá-las no Brasil a cada ano. A mensuração do grau de isonomia na representatividade política de pessoas trans tem ainda uma importância associada à força político-social da quantificação. “A crítica social frequentemente se apoia em argumentos estatísticos. Estes tentam expressar e tornar visíveis exigências de igualdade e justiça” (DESROSIÈRES, 2014, p. 348).

A estatística, para além de ser uma ferramenta de poder e governabilidade, é também apropriada “por grupos dominados para quebrar a ordem antiga e tornar a injustiça visível” (2014, p. 349). Trata-se, portanto, da necessidade de dar objetividade estatística à isonomia – ou à ausência dela – na representatividade política de pessoas trans no Congresso Nacional. O método de pesquisa utilizado consiste na Análise Posicional, utilizada para produzir “uma descrição analítica objetiva da experiência de fruição empírica de direitos subjetivos economicamente relevantes de indivíduos e grupos” (CASTRO, 2018b, p. 361).

O núcleo da metodologia consiste na construção de dois índices: um para representar o grau de fruição de um determinado direito correlato a uma política pública – Índice de Fruição Empírica (IFE) –, e outro para expressar o patamar de fruição correspondente à sua validação jurídica – Padrão de Validação Jurídica (PVJ). Se o IFE for menor que o PVJ ($IFE < PVJ$), o

nível de fruição empírica do direito subjetivo não é validado legalmente e a política pública deve ser reformada (CASTRO, 2018a, p. 132–133).

Para elaborar um IFE da isonomia na representatividade política de pessoas trans no Congresso Nacional brasileiro em 2023, serão contrastadas as relações quantitativas entre pessoas transgênero e cisgênero eleitas para mandatos legislativos no Congresso Nacional e a quantidade de pessoas trans e cis na população brasileira. A fórmula do IFE consistirá num expediente aritmético utilizado para medir a distância entre duas proporções. Dadas as limitações de um resumo expandido em formato exclusivamente de texto, referida equação será apresentada, para fins de transparência, em sua formatação linear. Nesse sentido, $IFE = \left| \frac{(Rt \div Pt) - (Rc \div Pc)}{((Rt \div Pt) - (Rc \div Pc))} \right|$, em que: Rt = representantes transgênero; Rc = representantes cisgênero; Pt = População trans e Pc = População cis. O valor teórico mínimo possível para a fórmula é 0, representativo da disparidade absoluta entre as duas proporções. Em contraste, o valor máximo, de 1, significa isonomia plena, ou correspondência total entre as duas proporções comparadas. No caso da presente pesquisa, o valor de 1 refletirá o Padrão de Validação Jurídica (PVJ), ou seja, “o que corresponderia, em termos quantitativos, à efetividade empírica juridicamente validada do direito considerado” (CASTRO, 2018a, p. 131).

Spizzirri et al. (2021) estimaram, com base em dados amostrais de 2018, que 0,69% da população brasileira seja composta por pessoas que se identificam como transgênero. Em 2021, segundo dados do IBGE (2023), a população residente estimada era de 213,3 milhões de pessoas. A partir dessas balizas, é possível estimar a população trans (Pt) em aproximadamente 1,47 milhão, e cis (Pc) em 211,8 milhões. Quanto à representação política, das 513 cadeiras da Câmara dos Deputados, 2 são ocupadas por pessoas identificadas como trans ($Rt = 2$), e as demais, como cis ($Rc = 511$). Ao inserir os números na fórmula do IFE, o resultado obtido é 0,721. Verifica-se uma distância em relação ao PVJ proposto, de valor 1. Em outros termos, a representatividade política de pessoas trans no Brasil está aquém do ideal. A fórmula do IFE proposto atingiria o valor mais próximo do ideal refletido no PVJ caso houvesse 4 representantes trans na Câmara dos Deputados. Nota-se, portanto, que apesar de o início da representatividade transgênero na Câmara dos Deputados em 2023 ter sido um importante marco histórico e deva ser comemorada, a quantificação do grau desta representatividade revela uma importante disparidade. A pesquisa aponta, como principal resultado, que a representação política de pessoas trans no Congresso deveria ser o dobro do quantitativo atual para ser

verdadeiramente isonômica, tomando como critério a proporção de pessoas trans na população brasileira. Há, ainda, muito a conquistar.

Palavras-Chave: Eleições 2022; Representatividade política; Pessoas Transgêneras; Poder Legislativo Federal Brasileiro.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, B. G. Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021. Brasília: ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 2022. Disponível em: <[abrir link](#)>

CASTRO, M. F. DE. Análise Jurídica da Política Econômica. Em: CASTRO, M. F. DE; FERREIRA, H. L. P. (Eds.). Análise Jurídica da Política Econômica: a efetividade dos direitos na economia global. Curitiba: CRV, 2018a. p. 109–148.

_____. Direito, tributação e economia no Brasil: aportes da análise jurídica da política econômica. Em: CASTRO, M. F. DE; FERREIRA, H. L. P. (Eds.). Análise Jurídica da Política Econômica: a efetividade dos direitos na economia global. Curitiba: CRV, 2018b. p. 373–394.

DESROSIÈRES, A. Statistics and Social Critique. *Partecipazione e Conflitto*, v. 7, n. 2, p. 348–359, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estimativas de população. 2023. Disponível em: <[abrir link](#)>.

PEREIRA, Fabio Queiroz; GOMES, Jordhana Maria Costa. Pobreza e Gênero: a marginalização de travestis e transexuais pelo direito. *Revista Direitos Fundamentais e Democracia*, v. 22, n. 2, p. 210-224, 2017.

ROJAS JR., Joseph. Protecting the world’s trans population requires political representation, *Atlantic Council*. March 23rd, 2021. Disponível em: <[abrir link](#)>

SELTZER, Adam. The Importance of Transgender Representation in Politics. Merion West. February 23rd, 2018. Disponível em: <[abrir link](#)>

SOUSA JÚNIOR, Carlos Augusto Alves de; MENDES, Diego Costa. Políticas públicas para a população LGBT: uma revisão de estudos sobre o tema. Cadernos EBAPE. BR, v. 19, p. 642-655, 2021. DOI:< [abrir link](#) >

SPIZZIRRI, Giancarlo et al. Proportion of people identified as transgender and non-binary gender in Brazil. Scientific reports, v. 11, n. 1, p. 2240, 2021.

TRANSGENDER EUROPE. TMM Update TDoR 2021 TvT, 11 nov. 2021. Disponível em: <[abrir link](#)>.

CONHECENDO ESTUDANTES TRANS DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL: ANÁLISE PRELIMINAR DE PERFIL

Samantha Rodrigues⁹

Camila Nogueira Chaves Mesquita¹⁰

No presente resumo, apresentamos uma análise preliminar de perfil dos estudantes trans na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A partir desse perfil, objetivamos a construção de uma política e/ou ações voltadas ao atendimento da população LGBTQIA+ no interior da política de Assistência Estudantil da instituição. O interesse pela construção do perfil desse segmento deriva do rotineiro quadro de violações de direitos e pelas dificuldades impostas às pessoas transexuais, que por apresentarem uma aparência física destoante de seus nomes de registros, eram impedidas de acessarem os direitos mais elementares que estão disponíveis a qualquer cidadão. Durante o acompanhamento dos estudantes que recorreram à assistência estudantil era comum a recorrência de situações que extrapolam os eixos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Nesse sentido, observamos que na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) o recurso ao “nome social” não resolvia a situação de impedimentos e violações pelas quais essas pessoas passam posto que as relações formais no âmbito acadêmico e estágio, por exemplo, não são alcançadas pelos decretos e normatizações relativas ao uso do nome social. Acreditamos que a relevância desse levantamento se justifica pela contribuição que o mesmo vem a oferecer no sentido de conhecer a realidade vivida por esses estudantes, visando ampliar as ações da assistência estudantil para além dos critérios de renda per capita.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), regulamentado pelo decreto no 7234/2010, organiza e dispõe diversas frentes de atuação voltadas para ampliar as condições de permanência desses jovens na educação superior pública federal. Os eixos de atuação do PNAES são: moradia estudantil, alimentação, transporte, apoio pedagógico, esporte, saúde, creche, cultura, inclusão digital e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com

⁹ Universidade Federal do Rio de Janeiro.

¹⁰ Não informado

deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades e superdotação. Tais ações têm como prioridade de atendimento estudantes com origem em escola pública, com renda per capita familiar mensal de até 1,5 salário mínimo e meio.

A nosso ver, a assistência estudantil deve ser pensada e planejada de modo não limitar seu público-alvo para população de baixa renda, mas deve ter caráter de atendimento universal, contemplando as necessidades dos discentes para além da carência econômica, entendendo que a permanência na Universidade demanda respeito à questão de gênero, racismo, atenção à saúde, inclusão digital, apoio pedagógico e de ações que possibilitem estudantes pais e mães permanecerem na Universidade (RODRIGUES E MESQUITA, 2019). Tal concepção também entende que a assistência estudantil está diretamente articulada ao tripé ensino, pesquisa e extensão, tendo como objetivo a permanência, mas a vivência dos estudantes no contexto universitário. Desta forma, compreendemos que nossa atividade profissional está centrada na realização de atividades relacionadas ao campo de permanência e com a identificação de fatores sociais, culturais e econômicos que incidem sobre o processo educacional. Assim, casos de evasão, permanência e/ou baixo rendimento, devem ser compreendidas através da identificação de demandas veladas que perpassam e incidem na vida dos estudantes. Logo, faz-se necessário a construção de pontes entre as diferentes políticas sociais, contribuindo para uma política de educação de qualidade. Em nossos atendimentos, é possível observar que desigualdade e preconceito são recorrentes em diversos ambientes do convívio social. Nem sempre acolhedoras, a escola e a universidade podem evidenciar a intolerância com pessoas LGBTQIA+. O direito à educação de qualidade desde a infância está entre os Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU (Organização das Nações Unidas). Mas, na prática, isso não ocorre: muitas pessoas trans não conseguem sequer chegar ao ensino médio. Mesmo com leis que garantam o direito de todos a terem acesso e respeito dentro da escola, casos de LGBTfobia nas instituições de ensino são comuns. A universidade, como parte e reflexo da sociedade, não está imune a tais situações de violência, discriminação e preconceito. São diversos casos de desrespeito e violências ocorridas no âmbito universitário, a mais recorrente a respeito do uso do nome social. Nome é identidade e pertencimento funcionando como “um cartão de visitas” para qualquer um de nós, algo tão corriqueiro e natural que não percebemos, de imediato, o impacto que o uso de um nome que não corresponde a aparência física causa aquele que o porta. Sobre o perfil dos estudantes, solicitamos ao setor de matrículas a listagem de alunes que solicitaram o uso do nome social na UFRJ.

Esse levantamento também foi realizado em 2018, por isso, realizaremos comparações com os dados daquele ano e os de 2023. No entanto, cabe uma ressalva: tais dados não revelam a totalidade, uma vez que temos a informação de há um relativo número de estudantes que já possuem nome retificado. Nesse sentido, a listagem apresenta uma limitação pois só contempla estudantes que, em algum momento, solicitaram o recurso do nome social. Além disso, não há nenhum campo de preenchimento sobre a identidade de gênero dos estudantes no sistema de gestão acadêmica (SIGA), apenas de sexo biológico. Portanto, a partir de uma atualização no sistema, na qual se reconheça as diferentes identidades de gênero, essa realidade possa ser visibilizada. Segundo os novos dados apresentados, temos um total de 180 alunos com matrícula ativa, nos diferentes âmbitos (graduação, pós-graduação *strictu e latu sensu* e residência). Em comparação ao último levantamento realizado em 2018, esse número era de 81 estudantes e apenas a nível de graduação. Cabe ressaltar, que o uso do nome social foi estabelecido na UFRJ em 2015, no entanto, o ingresso dos estudantes desde 2010. Nesse sentido, observamos um significativo aumento na presença de estudantes no ambiente universitário, assim como uma inserção em níveis maiores de qualificação. Ainda é um número insuficiente, mas deve-se registrar o avanço em um período de 4 anos.

Observamos que há um número significativo de trancamentos e mudança de cursos entre estes estudantes. No entanto, não temos os motivos, visto que é necessária uma pesquisa qualitativa para compreender melhor esse cenário. Isso impacta no número de concluintes, uma vez que na graduação, chega à 37 alunos a nível de graduação e 14 em nível de pós-graduação *strictu e latu sensu*. A construção de um perfil desse segmento revela-se como uma oportunidade de dar visibilidade às demandas, antes ignorada no ambiente universitário. Sendo a universidade um dos espaços de formação de cidadãos, reiteramos a importância deste espaço para estímulo e promoção do debate sobre a temática da diversidade humana, entre elas, a diversidade sexual, trazer informações, desconstruir preconceitos, permitindo o respeito à diversidade humana. Será a partir de iniciativas como esta que a UFRJ estará a desenvolver e afirmar sua missão, que é de atuar com compromisso “a construção de uma sociedade socialmente justa, (...), respeitadora da diversidade e livre de todas as formas de opressão ou discriminação de classe, gênero, etnia ou nacionalidade”. Contribuindo assim, para o exercício e universalização da cidadania e consolidação da democracia.

Palavras-chave: Estudantes trans; Política de Assistência Estudantil; Universidade Federal do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

RODRIGUES, Samantha Guedes Clemente; CHAVES MESQUITA, Camila Nogueira. REFLEXÕES SOBRE A TEMÁTICA DA TRANSEXUALIDADE NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO. In: Encontro Internacional e Nacional de Política Social, 2019, VITÓRIA. ANAIS DO Encontro Internacional e Nacional de Política Social. VITÓRIA: UFES, 2019. v. 1. p. 1-15.

BRASIL. Decreto no 7234. Brasília, 2010. UFRJ. Estatuto da UFRJ. Disponível em: [abrir link](#).
UFRJ. Resolução Consuni no 02/2019. Disponível em [abrir link](#).

SAÚDE MENTAL, TRABALHO E POLÍTICAS SOCIAIS: UMA CONVERSA DIFÍCIL EM TEMPOS NEOLIBERAIS

Eduarda Soares¹¹

Diego Barbosa Silva¹²

Mylena da Silva Souza¹³

O artigo visa discorrer sobre a precarização do trabalho, que é (e sempre foi) um dos vieses mais essenciais para a expansão do capitalismo, e como ela vem se expandindo cada vez mais na conjuntura atual junto à informalidade e a terceirização – suas “novas” facetas, que vêm ajudando a flexibilizar ainda mais o modelo de organização do trabalho, colocando o trabalhador sujeito à formas de expropriação aparentando ser “natural”. Resultando na intensificação da força de trabalho, o trabalhador acaba recebendo incontáveis ônus, sejam eles financeiros como o crescimento de impostos regressivos e o rebaixamento salarial, ou como sociais, focalizando/ privatizando políticas sociais, retirando direitos trabalhistas e aumentando a idade para aposentadoria, por exemplo. Mesmo com isso, o trabalhador continua se submetendo a isso a fim de ter um emprego, mesmo em condições insalubres. Dito isso, o estudo visa discorrer sobre como o trabalho vem caminhando cada vez mais para precariedade, sobretudo graças ao avanço tecnológico, e como tal avanço (ou melhor, retrocesso) está afetando diretamente na saúde mental do trabalhador, visto que no mundo capitalista o trabalhador é enxergado apenas como um número, mais uma mão de obra dentre a extensa classe operária, especialmente em tempos contemporâneos onde o capitalismo de plataforma rouba a cena – Agora o trabalhador é só mais um “algoritmo”. Para além do trabalho precarizado, há também inúmeras situações sociais, como também a desigualdade e a discriminação, que são responsáveis por causar e até mesmo aprofundar quadros depressivos nos trabalhadores, sobretudo durante a pandemia do COVID-19, que aumentou drasticamente

11 Não informado

12 Não informado

13 Não informado

o percentual de funcionários deprimidos, ansiosos e com altos níveis de estresse, devido principalmente ao isolamento social e a instabilidade financeira. Acontece que a classe operária, por não ter direito de escolha graças à uma questão de sobrevivência, acaba se submetendo a empregos desumanos, com cargas horárias excessivas, força de trabalho cobrada abaixo de seu valor devido e condições de trabalho por vezes insalubres, além de fazer um “leilão” da sua força de trabalho, onde aceita cada vez menos direitos a fim de ser “escolhido” para determinado cargo.

Ademais, com o mercado se tornando cada vez mais flexível e conseqüentemente competitivo, o trabalhador se encontra numa vulnerabilidade abrupta, visto que o fantasma do desemprego está sempre o rondando e quando não, o “emprego” é muita das vezes sem regulação. Para além disso, há também uma questão de gênero envolvida: o adoecimento entre o sexo masculino em comparação ao sexo feminino apresenta quadros mais graves de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), depressão e ansiedade, sendo esses um dos principais motivos para o afastamento e aposentadoria por invalidez. Em outras palavras, esta questão do adoecimento mental ainda é vista como um tabu, e devido a isso ainda existe uma grande relutância entre os homens para procurar apoio psicológico, por uma questão de desinformação ou masculinidade frágil, nota-se isso ao observar que a taxa de suicídio entre homens é maior do que entre mulheres. Por outro lado, a dualidade do trabalho da mulher faz com que a carga horária tenha um aumento significativo, que não é acompanhada pela remuneração, uma vez que a média salarial é 20% menor que o sexo masculino. Com a dupla jornada de trabalho incluindo os cuidados domésticos, o sexo feminino é mais suscetível a desenvolver doenças psicossociais, precipuamente a mais comum entre os trabalhadores: a *síndrome de Burnout*, que tem como principais sintomas o estresse, exaustão extrema e esgotamento físico e mental, acarretando outras doenças físicas graves e até irreversíveis.

Diante o exposto, é cabível afirmar que o sexo feminino tem mais predisposição em informar sobre seu adoecimento mental no ambiente de trabalho, e por este motivo a taxa de concessão de auxílio-doença com o recorte nos transtornos mentais e comportamentais é maior que o sexo masculino, se justificando pelo fato de que o sexo feminino é mais familiarizado e disposto a procurar alguma assistência psicológica. Pensando em tais nuances, o estudo visa compreender, alicerçando-se em pesquisas bibliográficas, o modo o qual o Estado intervém nessa nuance, discorrendo sobre suas políticas sociais, que são quase nulas uma vez que no Brasil a saúde, sobretudo a mental, nunca esteve no centro da atenção do Estado, sendo sempre

colocada em última instância e funcionando através de lutas e reivindicações, se mantendo então como uma política de difícil acesso.

Ao final, é destacado o papel do Assistente Social diante dessa demanda, que intervém ao focalizar especialmente na saúde mental do trabalhador, que tem a mesma prejudicada em decorrência das expressões do neoliberalismo, como também as realidades sociais por meio das demandas expressas pela Questão Social, como ‘exclusão social’, ‘pobreza’, ‘analfabetismo’, ‘desemprego’, dentre outras. Além disso, o Assistente Social tem como dever compreender o direito social e a cidadania como base, a viabilização ao acesso aos serviços e benefícios para o cidadão, desta maneira contribuindo com que a proteção ao trabalho seja mais visibilizada, além das reivindicações da população a respeito da Saúde do Trabalhador e as suas políticas. Em conclusão, o escrito consegue compreender, bebendo da fonte de Ricardo Antunes e Karl Marx, o avanço capitalista neoliberal junto ao tecnológico desencadeando em inúmeras novas facetas da precarização do trabalho e a expropriação da força de trabalho, que influenciam negativamente a saúde mental do trabalhador, este que é negligenciado pelo Estado e cuidado de forma quase paliativa pelo Assistente Social, que por ter uma autonomia relativa fica de mãos atadas diante do exposto.

Palavras-Chave: Precarização do trabalho; saúde mental no trabalho; assistente social.

REFERÊNCIAS

ESTELLITA-LINS, C. & ESTELLITA LINS, M. P. (2018). Sofrimento Psíquico no Trabalho: Da Avaliação à Prevenção. Editora Fiocruz, 2018. [Essa referência está sendo sugerida pela comissão científica, pois os autores não informaram as referências usadas no texto].

A EXPERIÊNCIA DO CURSO DE EXTENSÃO "GASTROJUS - GASTRONOMIA E JUSTIÇA SOCIAL": UMA ANÁLISE DO PÚBLICO ALVO

Daniela Alves Minuzzo¹⁴

Gabrielle Padilha Bochi¹⁵

Jefferson Nunes Gomes Filho¹⁶

Luisa Bertrami¹⁷

Mara Lima De Cnop¹⁸

Tatiana Feijó¹⁹

O GastroJus - Gastronomia e Justiça Social é uma iniciativa do curso de Gastronomia da Universidade Federal do Rio de Janeiro com o Projeto Justiça pra Elas e o Fórum Permanente de Saúde no Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro, com apoio do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Trata-se de capacitação em culinária para mulheres cis e pessoas trans sobreviventes do cárcere e/ou que respondem processo em liberdade após audiência de custódia, para que possam trabalhar em cozinhas ou na produção autônoma de alimentos. O curso de extensão se deu devido ao grande número de pessoas que saem das audiências de custódia em condições de extrema vulnerabilidade social, necessitando de amparo estatal, muitas com demandas de capacitação profissional e empregabilidade.

14 Universidade Federal do Rio de Janeiro

15 Universidade Federal do Rio de Janeiro

16 Universidade Federal do Rio de Janeiro

17 Universidade Federal do Rio de Janeiro

18 Universidade Federal do Rio de Janeiro

19 Universidade Federal do Rio de Janeiro

A dificuldade de inserção ou, em certos casos, de realocação no mercado de trabalho desses indivíduos é uma das principais barreiras para o desenvolvimento humano, especialmente no atual cenário político/econômico do Brasil. O sistema carcerário brasileiro se mostra cada vez mais problemático como um espaço de reinserção social, dado a rapidez do crescimento da população prisional brasileira, sendo hoje a terceira maior população de presos em âmbito global, ficando atrás apenas dos Estados Unidos da América e da China (BORGES, 2020). Essa situação se agrava quando olhamos pela perspectiva de gênero. Para Borges (2020), essa população prisional não é multicultural e, por isso, o recorte do nosso público-alvo são mulheres cis e pessoas trans, dado que “há uma inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (AKOTIRENE, 2020, p.19).

Ações desenvolvidas pelas instituições públicas, como as Universidades, podem ser de grande valia para mudança desse cenário. Como exemplo desse tipo de ação, estão os cursos livres de qualificação profissional oferecidos à sociedade no entorno das Instituições de Ensino Superior (IES). Se faz necessário então, a universidade abrir espaços que possam acolher a todos que passaram pelo sistema prisional, em vulnerabilidade social, tendo a gastronomia como porta para capacitação profissional e aumentando as chances de empregabilidade em um setor promissor.

Assim, o objetivo deste trabalho é descrever o processo de escolha do público-alvo do curso de extensão Gastrojus - Gastronomia e justiça social, utilizando como metodologia uma pesquisa descritiva dos extensionistas que atuaram na construção do curso. Falar sobre o atual Sistema Prisional brasileiro requer muito além de uma abordagem analítica com dados atuais ou um referencial em leis e constituições. Como afirma Juliana Borges (2020, p. 27) em seu livro “Encarceramento em Massa” é “importante recorrermos tanto à história quanto a uma discussão sobre a ideologia que serve como pano de fundo nas construções das estruturas sociais”. De 2000 a 2022, o encarceramento feminino aumentou 512% no Brasil (DEPEN, 2022) e segundo dados do Infopen Mulheres (2018) a maioria das presas é negra (62% pretas ou pardas), não terminou o ensino fundamental (66%) e tem até 29 anos (59%). Em relação às pessoas LGBTQIA+'s privadas de liberdade, em 2022 eram cerca de 12.356 pessoas autodeclaradas no Brasil (SILVA, 2023). Já outro fator importante para o recorte do público-alvo escolhido é a Resolução Conjunta no 366, de 20 de janeiro de 2021, que estabelece os parâmetros de acolhimento dos LGBTQIA+'s em privação de liberdade no Brasil, a qual prevê em seu artigo 8º a população LGBTQIA+ que a decisão que vai determinar o local de privação

de liberdade, em presídio feminino ou masculino, será proferida após o questionamento da preferência da pessoa presa e assim será definido pelo magistrado em decisão fundamentada (FUX, 2021). Ou seja, a decisão final do local onde o indivíduo será alocado, será definida pelo magistrado, podendo ou não levar em consideração a resposta. Com isso, baseado na resolução, para o curso GastroJus o que abrange o público-alvo são as noções ampliadas de gênero no sistema prisional feminino. O cárcere evidencia uma série de dificuldades para os presos em relação aos Direitos Humanos, independente do gênero, porém em relação ao gênero feminino, se torna mais severo e ainda mais ao transgênero, aquele que se identifica ou ainda, que se expressa, de maneira diferente daquela que lhe foi atribuída ao nascer (COSTA & RIZZI, 2021).

É por essa problemática que o curso GastroJus possui como público alvo mulheres cis, trans e homens trans egressos dos presídios e/ou que respondem processo em liberdade. Assim, a primeira edição do Gastrojus contou com 25 vagas, destas 17 foram ocupadas por mulheres e 1 (uma) ocupada por 1 homem trans. Todos egressos do sistema penitenciário feminino. As aulas foram organizadas em oito encontros semanais, com as seguintes temáticas: Higiene, legislação sanitária e segurança no trabalho; Cortes e aproveitamento integral dos alimentos; Feminismo e veganismo; Massas e molhos; Gestão básica e mídias sociais; Salgados fritos e assados; Serviço de mesa e bebida; e Confeitaria. Dessas aulas, quatro foram práticas e aconteceram no laboratório de técnica dietética e culinária do Restaurante Universitário (RU) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sendo que as aulas teóricas ocorreram no auditório Hélio Fraga, no Centro de Ciências da Saúde (CCS), e na sala de aula do RU. Cada aula teve duração de 3 horas, totalizando a carga horária de 24 horas. Os alunos extensionistas, conduziram as atividades sempre acompanhados e orientados pelos professores. Ao longo do percurso observou-se que o curso favoreceu o desenvolvimento de laços e redes entre as(os) participantes.

Considerando a divisão do trabalho por gênero e do cuidado que faz recair sobre essas pessoas a responsabilidade pelos filhos, identificou-se a necessidade de acolhimento de mães ou responsáveis e seus filhos no espaço do curso, criando a possibilidade de que as crianças as(os) acompanhassem e fossem cuidadas por integrantes da equipe enquanto participavam das aulas. O curso contou também com instituições parceiras que financiaram, como: Casa Fluminense e o Instituto Amendoeiras. A primeira turma teve início em outubro de 2022 e término em dezembro do mesmo ano. De todos os que iniciaram o curso de extensão, 15 mulheres o concluíram, 2 não conseguiram frequentar os encontros por problemas pessoais e

uma pessoa não conseguiu continuar por conseguir um emprego na área durante o período do curso. No último dia de aula, as sobreviventes do cárcere, como preferem ser chamadas, receberam além de seus certificados, força e coragem para encarar o mercado de trabalho.

Espera-se, com essa ação, proporcionar uma reinserção no mercado de trabalho dessas pessoas, possibilitando que as práticas culinárias possam ser utilizadas como ferramenta de justiça social e inclusão, a fim de atenuar os impactos da vulnerabilidade social em que o grupo participante se encontra. Neste sentido, o GastroJus se estabelece enquanto iniciativa formativa, educativa e política, que assume um compromisso com mulheres e pessoas trans socialmente vulnerabilizadas(as) e que existem e resistem diante dos múltiplos estigmas produzidos pelo cárcere.

Palavras-Chave: Gastrojus; justiça social; reinserção socioeconômica.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Jandaíra, 2020. 151 p. BORGES, Juliana. Encarceramento em Massa. São Paulo: Jandaíra, 2020. 143 p.

COSTA, M.E.D.O.C; RIZZI, M.D.O. A população transexual no sistema prisional brasileiro. Jus.com.br. Disponível em: <abrir link>. Acesso em: 19 maio 2023.

DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações: InfoPen - 2022, Ministério da Justiça FUX, Luiz. Resolução N° 336. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Janeiro de 2021, Brasília.

INFOPEN Mulheres. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN Mulheres. 2. ed. Brasília - DF: [s. n.], 2018. 79 p. Disponível em: abrir link. Acesso em: 18 maio 2023.

SILVA, A. Presos LGBTI - 2022. Atenção às Mulheres e Grupos Específicos. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, Jan de 2023.

TRANSEXUALIDADE E TRABALHO: CULTURA ORGANIZACIONAL ENQUANTO ELEMENTO IMPORTANTE PARA A PROMOÇÃO DE EQUIDADE

Irapoan Nogueira Filho²⁰

Nelson Luis Silva Nogueira²¹

Muitas organizações celebram, em nível de marketing, a diversidade de performances de gênero e de orientações sexuais. No mês de junho, muitas tingem seus respectivos logos com as cores do arco-íris. E isso dura até junho terminar. Em âmbito das práticas e políticas estatais sobre população trans, encontra-se a presença de um olhar cis-cêntrico, cisgenerista e higienista, associando travestis e transexuais tão somente à prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e ao combate à exploração sexual, sendo raras as políticas de inclusão na escola e no trabalho. O Brasil é um país transfóbico, acumulando 37,5% de todas os assassinatos de pessoas trans no mundo, entre 2008 e setembro de 2022, conforme apontado por Luma Nogueira de Andrade, primeira travesti a obter um título de Doutorado, no Brasil. Dentro desta máquina social nacional de produção de morte de vidas trans, a dificuldade de acesso ao trabalho deve ser observada como produção indireta de morte, por dificultar o exercício de trocas simbólicas enquanto seres sociais, e também por dificultar o acesso aos meios físicos de subsistência.

Este conjunto de modos institucionalizados de produção de obstáculos, de dificuldades e de impedimentos de acesso a condições dignas de trabalho e de vida é outra das faces dessa transfobia. Há, no Brasil, barreiras de práticas transfóbicas que atrapalham e, por vezes, impedem vidas trans de ter acesso ao mercado de trabalho. Este fenômeno já foi documentado exaustivamente em produções anteriores. É importante mapear os modos de impedimento e os entraves, mas é necessário também mapear brechas e pensar em práticas organizacionais

20 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

21 Não informado

antitransfóbicas, mapeando e organizando as tentativas bem-sucedidas. O presente trabalho consiste em uma reflexão dentro da Gestão de Pessoas.

A partir de uma perspectiva de uma Gestão de Pessoas Ética, uma pergunta técnica se apresenta: como possibilitar a construção de uma empresa que funcione verdadeiramente a partir de um respeito à diversidade, possibilitando um meio de trabalho sadio, no que tange à transfobia?

Para encaminhar esse questionamento, apresentamos a Cultura Organizacional como componente importante para esta empreitada. Compreende-se que a Cultura organizacional é um conjunto de elementos (crenças, valores e normas) que influenciam as relações interpessoais em uma empresa. A Cultura é importante por reger e alinhar os comportamentos dos trabalhadores.

O Brasil é notadamente uma sociedade transfóbica, sendo o país que mais mata pessoas transexuais do mundo. É necessário, portanto, estabelecer políticas de Cultura Organizacional que produzam modos de relações interpessoais não cis-cêntricos. Não basta uma empresa anunciar um marketing pró-diversidade. Declarar os valores culturais da empresa em um sentido antitransfóbico é interessante, mas não é suficiente. Toda cultura propicia a emergência de modos de subjetividade. Em contrapartida, modos de subjetividade presentes vão compor e recompor culturas. Sem políticas organizacionais que eliciem a emergência de outra cultura, ocorrerá a reprodução dos modos de exclusão comuns ao resto da sociedade brasileira. Nos propusemos a realizar uma revisão bibliográfica sobre o tema, procurando compreender a literatura contemporânea nesta temática. Compreendemos nossa busca no período de 2019 a 2023, nas plataformas de periódico da Capes e do *google* acadêmico, utilizando as expressões “cultura organizacional” e “transexuais”. Na primeira plataforma, não encontramos resultados. Na segunda, encontramos estudos majoritariamente descritivos das problemáticas citadas no início do texto. De cinquenta produções analisadas, apenas dez abordaram o tema, e somente dois eram propositivos dentro da temática. Apontando, portanto, para uma escassez de um pensamento diretamente acadêmico sobre proposições dentro desta temática. Este panorama não apenas aponta para a existência de um movimento no sentido da proposta de uma Gestão de Pessoas Ética, mas como também constam como relatos de uma luta, em frentes a embates e debates. A dificuldade de acesso à escolarização apareceu como item recorrente -lembrando-nos ainda que pensar acesso ao mercado de trabalho é indissociável pensar acesso à educação. Oito das produções encontradas abordaram o elemento cultural durante a caracterização das

dificuldades presentes, descrevendo o cenário que pode estigma/preconceito como obstáculo durante processos seletivos, documentando academicamente a existência deste cenário em nosso país. Não avançam, contudo, no sentido da produção de outras práticas de Gestão de Pessoas. Foram encontrados apenas dois trabalhos pensando modos de favorecer a inserção, com abordagens propositivas sobre o tema. Um dos artigos propositivos aponta processo seletivo às cegas como método favorável ao aumento da empregabilidade da população trans. Outro abordou um programa municipal de banco de currículos, associado a um programa de escolarização. É muito importante pensar práticas que propiciem, à população trans, o direito ao acesso às vagas de trabalho. Por outro, o direito à permanência no trabalho é também importante. A entrada em um ambiente de trabalho hostil -ou até perigoso- não apenas culmina com o posterior desligamento, mas como pode agir como elemento aliciador de adoecimentos diversos. Ocasionalmente, assim, percursos profissionais marcados por experiência(s) curta(s) e/ou de trabalhos informais.

A Cultura é um fenômeno vivo, encarnado cotidianamente no trabalho. Pensar uma Cultura Organizacional antitransfóbica é pensar em uma constante gestão dessa mesma cultura, não sendo mais pensada como um fenômeno que o gestor deve atentar apenas ocasionalmente, por meio de certos eventos da empresa. Não encontramos artigos que abordassem diretamente este fenômeno, apontando para a descoberta de uma lacuna na literatura acadêmica sobre o tema – que pretendemos sanar futuramente. Concluímos que a proposição por nós apresentada é uma empreitada a ser ainda realizada, visto o paradigma cis-cêntrico e cisgenerista presente nas Ciências da Gestão. Esta temática é exemplar de como é impossível, em Gestão de Pessoas, separar o técnico do político.

Palavras-Chave: Diversidade de gênero; cultura organizacional; inclusão transgênero.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luma Nogueira de. Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa. Tese de Doutorado. Fortaleza, 2012.

BARBOSA, Ana Alice Freire Calistrato. Transexualidade e relações de trabalho formal: uma análise das políticas públicas de empregabilidade para pessoas transexuais no município de João Pessoa–PB. 2020.

BENEVIDES, Bruna G. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022 / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023.

CRUZ, Fabíola Alfenas da et al. A implantação do recrutamento e seleção às cegas para o aumento da empregabilidade dos transexuais nas empresas. 2022.

3 – Hospitalidade, Artes e Transidentidades

BIOGRAFIAS DE ATRIZES BRASILEIRAS: ESTUDO COMPARATIVO DOS CASOS DE FERNANDA MONTENEGRO E DE ROGÉRIA

Juliana Fernandes Besse Santos²²

Esse trabalho é parte da minha dissertação para a obtenção do título de mestre em Comunicação e Cultura. O interesse pelo tema dessa pesquisa começou antes mesmo da graduação. Quando comecei a estudar teatro eu me interessei tanto em atuar quanto em escrever, mas os livros e as apostilas não destacavam nenhuma dramaturga e as atrizes eram mencionadas de forma breve. Isso me inquietou muito e me fez questionar a razão pela qual as mulheres eram invisíveis na história do teatro. Com base nos estudos da historiadora Joan Scott (1995), iremos analisar como os símbolos culturais afetam a interpretação de gênero. A autora analisa o uso da palavra “gênero” em sua pesquisa, do ponto de vista histórico. Segundo a autora, a palavra pode ter o seguinte sentido: “‘Gênero’, como substituto de ‘mulheres’, é igualmente utilizado para sugerir que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica no estudo do outro” (SCOTT, 1995, p. 7). Scott também diz em uma de suas pesquisas (1988, p. 2) que o “gênero é a organização social da diferença sexual. [...] Não podemos ver as diferenças sexuais a não ser como uma função de nosso conhecimento sobre o corpo, e esse conhecimento não é puro”.

A autora Linda Nicholson (2000) também especifica o conceito da palavra gênero em seu artigo. “‘Gênero’ tem suas raízes na junção de duas ideias importantes do pensamento ocidental moderno: a da base material da identidade e da construção social do caráter humano” (NICHOLSON, 2000, p. 10). Investigamos também a questão de pessoas que não se identificam com os gêneros binários, por meio dos estudos da filósofa Judith Butler em seu livro “Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade” (2003). Nessa obra Butler compreende que o gênero é uma construção cultural, que nós performamos comportamentos ligados aos gêneros binários e que podem sim existir mais do que dois gêneros. Judith Butler (2003) aponta que a generalização do “corpo” ocasionada pelas noções binárias torna esse “corpo” um agente passivo que é significado por uma fonte cultural externa relacionada a ele, ainda segundo Butler

²² Não informado

(2003, p. 186) “essas concepções têm precedentes cristãos e cartesianos”. Linda Nicholson (2000) nomeia essa perspectiva do corpo passivo sujeito às concepções cristãs e cartesianas como “porta-casacos” da identidade, que segundo Nicholson, “o corpo é visto como um cabide de pé no qual são jogados diferentes artefatos culturais, especificamente os relativos a personalidade e comportamento” (2000, p. 12). Essa pesquisa tem como objetivo comparar as biografias de duas atrizes brasileiras, Fernanda Montenegro (2019) e Rogéria (PASCHOAL, 2016).

Por meio da comparação das duas obras biográficas, pretendemos analisar a perspectiva de uma obra sobre uma atriz brasileira cisgênero e uma atriz brasileira travesti. Analisando a obra biográfica de Fernanda Montenegro podemos compreender que se trata de um relato feito pela própria atriz, discorrendo sobre a história de sua família, sua história como atriz e cidadã brasileira. É interessante observar que o título de sua obra é “Prólogo” (a primeira parte do livro) – parte do livro em que a atriz conta não sua própria história, mas sim a história de seus ancestrais. “Ato” (segunda parte do livro) – essa é a maior parte da biografia, que relata as vivências, as interações e os pensamentos da atriz em vários momentos de sua vida, desde a infância até a idade madura. “Epílogo” (terceira parte do livro) – essa breve parte do livro é uma reflexão de toda uma vida e de certa forma a despedida inevitável que todos nós um dia teremos que fazer. Em muitos momentos da obra, Montenegro discorre sobre sua condição de mulher e artista, afinal sua carreira começou em uma época em que mulheres artistas eram consideradas prostitutas. Fernanda Montenegro foi casada com o ator Fernando Torres com quem teve dois filhos. Mesmo compartilhando a mesma profissão, as responsabilidades de Fernanda e Fernando eram muito diferentes. Enquanto Fernando ia de lá para cá como ator ou não, Fernanda precisava ficar em casa cuidando de seus filhos. Ela conta em sua biografia (MONTENEGRO, 2019, p. 193) que: “E assim ocorreu todo o ano de 1970. Os Torres vivendo entre duas cidades e, no fundo, em nenhuma [...], mas o pai não se fazia presente. Com Maurício ainda preso, Fernando dava seu apoio ao São Pedro e à família Segall”.

Podemos observar que Montenegro sempre esteve presente na vida dos filhos, por vezes até interrompendo sua carreira, enquanto Fernando Torres se mostrava ausente na vida de seus filhos. Destaco também Rogéria, uma das atrizes mais importantes na história da arte da atuação em nosso país. Mesmo que durante a época em que viveu o debate sobre a diversidade de gênero não tivesse tanto espaço. Quando lemos a biografia, da atriz escrita por Marcio Paschoal (2016) podemos notar facilmente que a visão que tinha em relação a sua identidade de gênero é um

tanto contraditória, já que em muitos momentos Rogéria demonstra um certo incômodo com o seu próprio corpo. Rogéria tinha algumas reservas sobre seu aspecto físico. Sobre o filme *O sexualista* (1975), Rogéria apresentou a seguinte opinião para Paschoal: “Na cena final, quando minha personagem, Candy, é desmascarada, há um nu total, plano de costas [...] Na hora pedi uma dublê, de preferência uma figurante com o corpo belíssimo. Imagina se eu ia fazer essa cena, nua, correndo com o saco aparecendo” (PASCHOAL, 2016, p. 132). Como artista, Rogéria ainda é um marco para as atrizes brasileiras e merece ser reconhecida por seu comprometimento e amor com a arte. Rogéria foi uma atriz, cantora, maquiadora e transformista brasileira. Ela nasceu com o nome Astolfo Barroso Pinto, em 25 de maio de 1943, na cidade de Cantagalo, no Rio de Janeiro. Considerada uma das pioneiras do transformismo brasileiro, Rogéria é um marco na história do teatro brasileiro, não só como atriz, mas também como maquiadora e cantora. Rogéria sentia-se bem como Astolfo e se identificava como sendo um “homem que se vestia de mulher”. Em sua grande maioria, uma pessoa que se reconhece como travesti pode se identificar com seu sexo biológico, e sentir-se tanto como uma mulher como com um homem. Astolfo (ou Rogério, como era conhecido) renasceu como Rogéria no ano de 1964. Fantasiada de *Dama da Noite no Carnaval*, para participar de um concurso do República. Rogério/a empatou em primeiro lugar com a travesti Suzy Wong e desde então Rogéria passou a existir. Ainda como Astolfo, começou a trabalhar como maquiadora na TV Rio, convivendo com muitos artistas nacionais e internacionais (que faziam aparições no Brasil). Em 1966, no palco da saudosa TV Tupi, Rogéria cantou a canção “Balanço Zona Sul”, de Tito Madi. Essa foi a primeira vez que ela cantou em um palco e sua aparição como cantora aconteceu graças a Bibi Ferreira. Rogéria ainda participou do espetáculo *Pussy Cats*, em plena época de Ditadura, tempo de tanta repressão, especialmente artística. Fernanda Montenegro foi a primeira inspiração que tive quando comecei a estudar teatro, já tinha ouvido falar sobre Rogéria e já visto alguns de seus trabalhos, e foi por meio dessa pesquisa que percebi a real importância que ela teve para a história da atuação no Brasil, afinal ela abriu espaço para que muitas outras grandes artistas como ela pudessem se inserir no meio artístico.

Palavras-Chave: Identidade de Gênero; Atrizes brasileiras; Diversidade e Representação.

REFERÊNCIAS

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica, 1995. [A autora não forneceu lista de referências, assim, somente copiamos as referências informadas pela autora no corpo do texto]

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero, 2000. [A autora não forneceu lista de referências, assim, somente copiamos as referências informadas pela autora no corpo do texto]

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade, 2003. [A autora não forneceu lista de referências, assim, somente copiamos as referências informadas pela autora no corpo do texto]

SOBRE OS PAPÉIS DE GÊNERO NA HOSPITALIDADE

Lanai Plocki²³

Myriam Melchior²⁴

Dentre outras noções, a hospitalidade pode se qualificar como uma característica virtuosa de pessoas "hospitaleiras" (TELFER, 2002, p.54) e, dessa forma, surge a necessidade de entender se existem relações entre o papel do gênero e essa característica na hospitalidade, bem como de entender as suas influências, isto é, como se espera socialmente que os diferentes gêneros exerçam essa característica.

Partindo dessas ideias, foi realizada uma breve revisão bibliográfica acerca das representações da hospitalidade como sendo consideradas masculinas ou femininas. Segundo Jane Dark e Craig Gurney (2002, p. 112) a hospitalidade representa um capital do trabalho doméstico, sendo assim, ela se encontra fortemente envolvida em análises vinculadas ao patriarcado. Isso significa que em grande medida se espera que as mulheres tenham uma demanda social por exercer um papel virtuoso - preparo da casa; limpeza; administração de insumos e enxoval -, enquanto espera-se que o perfil masculino seja apenas um anfitrião mais ou menos padrão. Vale lembrar que as relações de gênero não se resumem ao contexto homem-e-mulher, mas, sim, surgindo nas relações sociais pautadas pelas diferenças culturais (MARCELINO, 2018, p. 2). Com isso, tem-se o entendimento que o sexo se limita a características físicas, enquanto o gênero se diferencia a partir de experiências socioculturais.

Nos termos de hospitalidade, pode-se fazer uma alusão à prática adequada de alguém que seja hospiteiro/a/e quando no papel anfitrião com uma visita-hóspede em seu lar. Retratando, assim, um conjunto de expectativas socioculturais ideais que são altamente sexistas e que reproduzem desigualdade durante a 'performance' da hospitalidade (GOFFMAN, 1985). O conceito de performance proposto por Dark e Gurney (2002) afirma-se segundo a proposta de Ervin Goffman (1959) quando estuda a prática de receber como uma atividade exercida em

23 Universidade Federal do Rio de Janeiro

24 Universidade Federal do Rio de Janeiro

relação a diferentes observadores. A ideia é bastante semelhante ao teatro, lidando com as aparências, o estilo que se pretende mostrar no "front stage" aos convidados-audiência. Isso inclui, também, a importância e os sentimentos envolvidos na ideia de "lar", ou seja, quando se trata de uma visita doméstica e esse ambiente poderá divergir segundo características vinculadas socialmente aos gêneros: como um ambiente aconchegante, por exemplo, associado ao feminino, ou à riqueza e posses, representando interesses econômicos e masculinos.

Enfim, há divergência de expectativas acerca da hospitalidade ofertada entre os gêneros. As práticas de performance na hospitalidade seguem regras, recursos disponíveis ou obrigações que "devem" ser seguidas durante uma visita, tanto para os anfitriões, quanto para os hóspedes (DARK; GURNEY, 2002, p. 115). Elas possibilitam, enfim, que o ramo de hospitalidade comercial tenha um embasamento para alcançar as expectativas e padrões "ideais", que se originam na hospitalidade doméstica e que, por anos, vêm sendo atribuídos ao feminino.

Deste modo, a hospitalidade doméstica acaba sendo marcada por um conjunto de relações e obrigações refletidas e originadas no patriarcado, quando a identidade feminina é vista, de forma simplificada, como anfitriã e produtora da hospitalidade, enquanto a figura masculina cabe, geralmente, o lugar de consumidor da hospitalidade ou provedor no âmbito das posses materiais mais relevantes como o terreno, a construção do imóvel, enfim, os aspectos econômicos e de provimento material. Com isso, observamos que a função principal do gênero feminino na hospitalidade se associa à manutenção do lar, à limpeza e à organização do ambiente, fazendo com que sua presença se torne parte da experiência idealizada de uma visita.

Pressupõe-se, dessa maneira, que a organização social do ambiente de hospitalidade doméstica e sua "virtuosidade" teve como base a estereotipização dos gêneros. "Ainda é a mulher que é vista como guardiã da performance de hospitalidade" (DARK; GURNEY, 2002, p. 120). Pois, mesmo com o crescimento econômico da prática de hospitalidade comercial, em que a figura masculina é colocada em primeiro plano, como administrador ou gerente, quanto se trata da hospitalidade doméstica é a figura feminina ainda responsável por conduzir os padrões da performance no lar e na presença do olhar e experiência dos visitantes.

Nas práticas hospitaleiras, portanto, sempre haverá uma tentativa de equiparação entre anfitriões e visitantes dos ambientes domésticos, propondo um hábito de constante troca entre "dar" e "receber" hospitalidade. Nessa busca por equiparação, as performances de hospitalidade tentam mostrar um ambiente pacífico de convívio onde, apesar de não eliminar completamente os possíveis conflitos, visa a sua suspensão durante o momento da visita. A necessidade de criar

um ambiente confortável para a visita, perpetua até os dias atuais a necessidade de os anfitriões precisarem mascarar os seus problemas e conflitos pessoais, além da desorganização do espaço. Essa prática é, inclusive, projetada no gênero feminino, que costuma ser a "guardiã" da performance e tem sua responsabilidade atrelada ao ato de servir ao outro.

Com essa breve discussão, procurou-se analisar a representação feminina e masculina na organização de um lar e a sua projeção no ambiente comercial. As regras e expectativas a respeito das funções que cada gênero deve assumir durante a performance da hospitalidade realça os ideais patriarcais e sexistas existentes ao longo das gerações na hospitalidade doméstica, enquanto, na hospitalidade comercial, essas demandas quase que se apagam, pois o masculino, além de reter o poder rentável e prover recursos, também é percebido como o anfitrião, estando na figura de gerente ou administrador. Em contrapartida, com a hospitalidade doméstica, onde, a partir de características estereotipadas, a figura feminina é quase sempre responsável por manter os padrões e exigências de uma performance virtuosa.

Logo, a hospitalidade, em sua síntese, dá lugar a um ambiente que pode transformar uma atmosfera, garantindo o conforto e devendo buscar a equidade de todos os envolvidos em suas práticas. O anfitrião, durante a performance, tem como um de seus objetivos receber de maneira adequada todas as pessoas. Dessa maneira, a hospitalidade e a igualdade entre gêneros se assemelham entre si a partir da necessidade de encontrar a semelhança e o equilíbrio em meio às diferenças.

Por fim, de acordo com Grace Kelly Marcelino (2018), “no vocabulário indo-europeu há uma terceira designação, o neutro, além do masculino e feminino, mostrando assim que ao usar o termo gênero, englobam-se todos, não havendo acepção ou especificação, principalmente biológica”. Dessa maneira, compreende-se que a questão dos papéis dos gêneros na hospitalidade é complexa e abrange assuntos que precisam de reflexão e um maior aprofundamento no seu estudo. Entende-se, assim, a necessidade de pesquisas futuras nas áreas de hospitalidade e transgeneridade, visto que é um assunto pouco discutido e de grande complexidade.

Palavras-Chave: Hospitalidade; Gêneros; Performance; Integração

REFERÊNCIAS

DARK, Jane; GURNEY, Craig. Como alojar? Gênero, hospitalidade e performance. In: LASHLEY, Conrad; MORRISON, Alison (Org.). Em Busca da Hospitalidade: perspectivas para um mundo globalizado. Barueri - São Paulo: Ed. Manole, 2002, p. 111- 144.

GOFFMAN, Erwin. A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: Vozes, 1985.

MARCELINO, Grace Kelly. Hospitalidade: Questão de Igualdade e de Gênero Rosa dos Ventos, vol. 10, núm. 2, Universidade de Caxias do Sul, 2018.

TELFER, Elizabeth. A filosofia da hospitalidade. In: LASHLEY, Conrad; MORRISON, Alison (org.). Em Busca da Hospitalidade: perspectivas para um mundo globalizado. Barueri - São Paulo: Ed. Manole, 2002, p. 53-77.

**REFLEXÕES SOBRE A HOSPITALIDADE COMO INFLUENCIADORA
E POTENCIALIZADORA DO SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO
PARA IDENTIDADES TRANS**

Beatriz da Silva Barbosa²⁵

Melinda Cariello Guedes Picarote Silva²⁶

Guilherme Dias Tostes Coelho²⁷

A hospitalidade está presente em diversos momentos do cotidiano, nas simples relações e interações, sejam elas no ambiente doméstico ou no profissional. Atualmente, vivemos um contexto em que se preza por uma hospitalidade comercial excepcional, que nos faz sentir acolhidos como estar em casa. Esse sentimento é fomentado por regras e códigos que devem ser seguidos e performados pelos indivíduos envolvidos. Pessoas essas que, sem importar as diferenças, deveriam ser tratadas igualmente. Contudo, quando falamos sobre os mais diversos cenários sociais, é perceptível como as diferenças, em muitos casos, sobressaem, e as tais regras e códigos são esquecidos tão rápido quanto, um dia, lembrados.

A hospitalidade entre pessoas cisgêneras é baseada em um respeito mútuo e intrínseco enquanto, por outro lado, há o grupo das transidentidades, pessoas que estão à margem da sociedade e que, considerando as suas histórias de vida, 70% afirmam ter necessitado sair da casa da família (MENEZES, 2018). Isso se dá devido a uma sociedade criada e fundamentada na transfobia, que nasce da visão ilusória de que a transexualidade foge da condição humana natural, sendo capaz de ser relacionada com algum tipo de doença ou transtorno mental, podendo levar a demonização dessas pessoas devido a seus comportamentos que “fogem do padrão social”. Vergueiro (2015, p.70) propõe o conceito de cisheteronormatividade em uma perspectiva queer e decolonial e compreende a cisnormatividade e cissexismo enquanto “estruturantes de violência institucional, sociocultural, e existencialmente impregnadas por culturas e sociedades”. Essas normas colocam as pessoas trans no patamar da não inteligibilidade, do estranhamento, impede-as de, assim como destacado por Zerbinati e Bruns (2018, p.80), “ser alguém em algum lugar”, o que provoca sofrimento e o sentimento de não pertencimento. A casa à que um hospitaleiro se refere não é a mesma casa que rejeita, que expulsa ou que julga. Norberg Schulz (1985) também classifica o ato de habitar uma casa como

25 Universidade Federal do Rio de Janeiro

26 Universidade Federal do Rio de Janeiro

27 Universidade Federal do Rio de Janeiro

uma atividade que implica numa relação de significados identificados e, por isso, de pertencimento entre o ser humano e um determinado meio. Para o autor, habitar tem como propriedade “[...] a insolúvel unidade entre vida e lugar” (NORBERG-SCHULZ, 1985, p. 13).

Entretanto, para identidades trans, as relações familiares são fortemente tensionadas durante o processo de transição, levando muitas vezes à expulsão de casa. Aquelas que conseguem se admitir transexuais nessa fase, vivenciam uma série de preconceitos e discriminações (PRADO; RODRIGUES, 2019), e “não raramente, se vêm obrigadas a se afastar do convívio com os familiares” (SOUZA, 2012, p. 35). O sentimento de “sentir-se em casa” é o que qualquer anfitrião verdadeiro planeja incitar em seu convidado (BASIL, 2019). Compreende-se, então, que habitar tem aspectos materiais (físicos e concretos) e imateriais (de essência), e a classificação do habitar doméstico acontece pela experiência do cotidiano num lugar em que se possui o cuidado físico e a preservação da vivência em paz (SAVI, 2015).

A hospitalidade carrega um poder consigo: o de gerar o sentimento de conforto, de identificação. Contudo, essa não é a sua única forma de expressão, ao passo que a inospitalidade também pode estar inserida na hospitalidade. O que acontece, por outro lado, é que a hospitalidade como uma obrigação é uma mistura íntima de restrição e liberdade e, como direito, avanço coletivo ou recuo individual. A ideia de que há sempre inospitalidade no horizonte da hospitalidade (e vice-versa) nos convida a não congelar práticas que são analisadas mais em termos de processo do que categorias, e a privilegiar a perspectiva de tensão entre hospitalidade e inospitalidade, a reversibilidade de uma e outra, ao invés de hospitalidade ou falta de hospitalidade no absoluto (GOTMAN, 2019, p. 165). Quando levamos esses aspectos para o campo da transidentidade, o estar e ser é algo visto como agressivo aos olhos de quem “hospeda” tais indivíduos. A casa torna-se um lar quando há relações interpessoais, é lugar de afeito, intimidade protegida, carregada de significados e lembranças, onde uns se preocupam com os outros. Quando é um espaço fechado e humanizado, dotado de valores e sentimentos (SAVI, 2015). A casa não é apenas uma estrutura material, mas um fenômeno cultural, sua forma e organização são influenciadas largamente pelos contextos aos quais ela pertence (RAPOPORT, 1976). De modo que, por muitas vezes, a ideia de casa, para além de um lugar de quatro paredes, é o ambiente no qual seus semelhantes são encontrados, lugar de oportunidades, afeito e escuta.

É nesse contexto que a hospitalidade ganha sua forma e se faz presente fora do ambiente da casa como forma física. Deste modo, é notório o poder da hospitalidade e como ela ultrapassa

as paredes dos estabelecimentos e da relação anfitrião-convidado, sendo apresentada como necessária na vida e no cotidiano das pessoas. Deveria ser vista e exercida de maneira universal, não sendo direcionada apenas à indivíduos pares, mas sendo uma constante na relação com o outro - altero ou não -, ganhando lugar e influenciando nas formas de convivência, existência e permanência. É do interesse de um olhar comprometido com a diversidade de corpos e narrativas, entender que, por vezes, a falta de enunciação é por si só a afirmação e reiteração de uma existência única; todas as vezes em que deixamos de nomear a norma, ela segue estabelecida e inquestionável (CAMARGO, 2021, p. 13).

Em suma, as regras e normas dentro do âmbito da hospitalidade, deveriam voltar a incluir a sua filosofia primordial da responsabilidade, assegurando que o anfitrião deve zelar pela segurança e pelo bem daquele que recebe, ou seja, quando nos referimos, de certa forma, a hospitalidade do “Bom Samaritano” incluímos o desconhecido sem olhar para as suas diferenças, e este é acolhido, independentemente do fator de identificação. Esse tipo de hospitalidade é, talvez, o mais fundamental de todos (TELFER, 2002). Visto que o contexto da transidentidade é presente em muitos cenários das vivências cotidianas, é necessário, através dos conceitos da hospitalidade, um acolhimento ímpar em todos os campos que compõem um grupo social.

Considerando que essas pessoas vivem à margem da sociedade e, por muitas vezes, não experienciam o referencial de hospitalidade dentro de suas próprias casas e relações, torna-se imprescindível, no cenário educacional - este que “reproduz a ideia conservadora e preconceituosa, fundamentada no preceito de adequação individual dos sujeitos” (PRADO; RODRIGUES, 2019) - que haja cada vez mais discussão e, conseqüentemente, visibilidade para o assunto em questão. Para que, assim, o movimento do acolhimento, da empatia e da identificação, fatores imprescindíveis em um ambiente hospitaleiro, possam partir da sociedade para o indivíduo.

Palavras-Chave: Hospitalidade, Transidentidade, Diversidade; Inclusão.

REFERÊNCIAS

BASIL, Pryia. Sinta-se em casa: o significado da hospitalidade em mundo dividido. Disponível em: <[abrir link](#)>. Acesso em: 23 mai. 2023.

BENEVIDES, Bruna G; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. Dossiê: Assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018. Disponível em: <[abrir link](#)>. Acesso em: 23 mai. 2023.

CAMARGO, Lau Graef D.; SIMÕES, Igor Moraes. Fomos todos cisgêneros? história da arte e representações de corporalidades trans na antiguidade. Seminário de História da Arte, Rio Grande do Sul, v.1, n. 9, p. 1 - 15, set, 2021.

GOTMAN, Anne. Uma estação sagrada da vida social. In: MONTANDON, Alain. O livro da Hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas. São Paulo: Senac, 2011, p. 73-81.

MENEZES, Lincoln M. de Jesus. Transfobia e racismo: articulação de violências nas vivências de trans. BIS. Boletim do Instituto de Saúde, v.19, n.2. dez, 2018.

NORBERG-SCHULZ, C. The Concept of Dwelling: On the Way to Figurative Architecture. New York: Electa/Rizzoli, 1985.

PRADO, Ana Gabriela da Silva A.; RODRIGUES, Terezinha de Fátima. A transfobia enquanto expressão da questão social. 16o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Brasília, 2019.

RAPOPORT, A. (Org.). The Mutual interaction of people and their built environment: a cross-cultural perspective. The Hague: Chicago: Mouton, 1976.

SAVI, Aline Eyng. Casa, doce lar? Revisão teórica sobre as representações materiais e imateriais do habitar doméstico. Revista Iniciação Científica, Criciúma, v. 13, n. 1, 2015. Disponível em: <[abrir link](#)>. Acesso em: 23 mai. 2023.

SOUZA, Heloisa Aparecida de. Os desafios do trabalho na vida cotidiana de mulheres transexuais. 2012. Tese (Mestrado em Psicologia) - PUC Campinas, Campinas, 2012.

TELFER, Elizabeth. A filosofia da hospitalidade. In: LASHLEY, Conrad; MORRISON, Alison (org.). Em Busca da Hospitalidade: perspectivas para um mundo globalizado. Barueri - São Paulo: Ed. Manole, 2002, p. 53-77.

VERGUEIRO, Viviane. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. 234fs. Dissertação (Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

ZERBINATI, João Paulo; BRUNS, Maria Alves de Toledo. Transfobia: contextos de negatividade, violência e resistência. Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades. Periódicus, Salvador, n. 11, v. 2, 2019.

REALIZAÇÃO

Programa de Extensão TransGarçonne
Instituto de Nutrição Josué de Castro
Pró-Reitoria de Extensão – Pr5 UFRJ
Universidade Federal do Rio de Janeiro

APOIO

Pró-Reitoria de Extensão – Pr5 UFRJ
Departamento de Gastronomia - UFRJ
Instituto de Nutrição Josué de Castro
Universidade Federal do Rio de Janeiro



PATROCÍNIO

Programa de Extensão TransGarçonne
Pró-Reitoria de Extensão – Pr5 UFRJ
Universidade Federal do Rio de Janeiro